

SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E EMPREENDEDORISMO
Inexigibilidade de Licitação nº 16/2024

TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

1. DECLARAÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço artístico/musical para apresentação na Festa de São José, no Município de Belo Jardim-PE, no Sítio Muquém, no dia 23 de março de 2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO SUGERIDO/ REFERENCIAL
01	Contratação de apresentação artística da banda Chapéu de Couro , através do proponente JOSÉ HELIO FEITOSA .	Apresentação	1	R\$

2. FUNDAMENTAÇÃO/ JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A necessidade da contratação pública fundamenta-se na lei 14.133/21, que estabelece em seu art. 74, que é inexigível a Licitação quando inviável a competição, exemplificando algumas hipóteses em seus incisos I a III, dentre os quais, destaca-se o inciso II, que prevê a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

2.2. As contratações artísticas estão em conformidade com a Chamada Pública 001/2023 - Credenciamento Artístico, do Município de Belo Jardim, sendo assim está secretaria só poderá contratar os Artistas que estiverem habilitados, e/ou artistas consagrados pela opinião pública não precisaram aderir o castro do município.

2.3. De acordo com o que prescreve a Lei nº 6.533/78, em seu art. 2º, assim define o artista: “Art.2º - Para os efeitos desta lei, é considerado: I – Artista, o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública;”.

2.4. A referida contratação tem por finalidade, compor o quadro de apresentações artísticas na Festa de São José na Vila Campo Novo no município de Belo Jardim/PE, no dia 23 de janeiro de 2024. O referido evento faz parte do calendário cultural do município, o mesmo tem grande tradição na localidade, e será de suma importância para o movimento econômico e do lazer dos munícipes, fomentando também o desenvolvimento turístico do local.

2.5. Diante do exposto, a contratação de apresentação artística da banda **Chapéu de Couro**, será feita através de contratação direta por intermédio do Sr. **JOSE HELIO FEITOSA**, CPF nº 458.251.654-87.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

3.1. Na hipótese de haver restrição de fornecedores, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá **dispensar a apresentação de documentação** relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição, conforme modelo constante do Anexo I.

3.2. De acordo com o que prescreve a lei 14.133/21 em seu art. 23, parágrafo 4º, nas contratações diretas que não for possível estimar o valor do objeto, o contratado deverá comprovar previamente que os preços praticados estão de acordo com os praticados em contratações semelhantes de mesma natureza, por meio de apresentação de notas fiscais ou contatos emitidos por outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela administração.

3.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.4. A contratação deverá seguir os seguintes parâmetros de Responsabilidade Socioambiental:

3.4.1. Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 5 da Lei 14.133/21 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

3.4.2. DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL e CULTURAL: A contratação atende as diretrizes do Município, além de atingir diretamente as necessidades sociais, haja vista ser o objeto para imediata utilização, bem como seguir alinhado aos padrões nacionais de aquisição.

4. QUALIFICAÇÃO FISCAL

4.1. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Física e Jurídica: CNPJ – expedidos pela Secretaria da Receita Federal;

4.2. Cópia do Alvará de funcionamento;

4.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal: Apresentação de Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Receita Federal;

4.4. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual;

4.5. Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal;

4.6. Certidão de Regularidade com FGTS;

4.7. Certidão de Falência;

4.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

4.9. Certidão Negativa de Processos Cíveis (PJe) 1º e 2º Grau.

4.10. Em caso de contratação de serviço de Pessoa Física:

- Cópia de CPF
- Cópia de RG
- Cópia do NIS
- Cópia do Comprovante de Residência

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em conta de Pessoa Física no banco 001 BANCO DO BRASIL, agência 0721-8, conta 11083-3, em nome do Sr. JOSE HELIO FEITOSA de CPF 458.251.654-87.

5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.1. Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s) pela CONTRATADA os tributos de correntes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte.

5.3.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Município de Belo Jardim, PE, 22 de março de 2024.

José Felipe de Oliveira Silva
Auxiliar de Gestão

ANEXO I

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021](#), que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)

.....

(representante legal)